



# LUIZASEG SEGUROS S.A. - CNPJ 07.746.953/0001-42

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas:** Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das Notas Explicativas, Parecer do Comitê de Auditoria e dos Relatórios dos Auditores Independentes. Em 2021, a Seguradora atingiu prêmios emitidos líquidos de R\$ 718 milhões e os prêmios ganhos superaram R\$ 603 milhões, um crescimento de 14% e 8%, respectivamente, quando comparado a 2020. Entregando um lucro antes dos impostos de R\$ 125 milhões, 28% maior que o ano anterior e um crescimento do lucro líquido de 22% que totalizou R\$ 71,6 milhões. Os ativos totais superaram R\$ 1,4 bilhão. Considerando o atual cenário, o desempenho encontra-se em linha com as projeções realizadas e alcançadas durante a pandemia e para o ano, o que demonstra a tomada de decisão pela Administração na adoção de medidas de médio e longo prazo enfrentamento foi essencial para a consistência da operação. As medidas que continuam sendo tomadas seguem duas prioridades: segurança e saúde dos colaboradores, com destaque para adoção do trabalho remoto para 100% da equipe; e continuidade dos negócios em todos os aspectos: atendimento a clientes, disponibilidade sistêmica e, principalmente, cumprimento das obrigações com clientes, parceiros, fornecedores e reguladores. A Seguradora tem como política de

distribuição de dividendos a destinação aos acionistas de parcela relevante do resultado apurado no exercício e saldos remanescentes em reservas distribuíveis de exercícios anteriores, no entanto, os acionistas detêm poderes e direitos de deliberar sobre as destinações dos lucros e reservas, observados os limites do estatuto social e da legislação societária vigente. Não foram distribuídos dividendos intermediários em 2021. Para o próximo ano, devido a solidez financeira e a expectativa de melhoria no volume de vendas, a rentabilidade tende a estar em linha com o projetado, permitindo que a Seguradora continue honrando com os compromissos com todos os seus interlocutores e entregando a rentabilidade esperada pelos seus acionistas. Aproveitamos para registrar os nossos agradecimentos aos nossos colaboradores, parceiros e às autoridades de controle, pela orientação e atenção prestadas à Luizaseg Seguros S.A.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

### BALANÇO PATRIMONIAL - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>		<b>631.932</b>	<b>602.199</b>	<b>Circulante</b>		<b>703.263</b>	<b>636.802</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		219	423	Contas a Pagar		36.077	26.062
Caixa e Bancos		219	423	Obrigações a pagar	10	21.555	17.832
Aplicações Financeiras	5	203.486	207.258	Impostos e encargos sociais a recolher		7.006	1.123
Créditos das Operações com Seguros	6	10	16	Encargos trabalhistas		482	372
Prêmios a receber		10	16	Impostos e contribuições		7.014	6.594
Outros Créditos Operacionais		76	118	Outras contas a pagar	7	20	141
Títulos e Créditos a Receber		6.447	9.302	<b>Débitos das Operações com Seguros</b>		<b>196</b>	<b>168</b>
Títulos e créditos a receber		866	1.846	Prêmios a restituir		190	159
Créditos tributários e previdenciários	7	5.526	7.313	Outros débitos operacionais		6	9
Outros créditos		55	143	<b>Depósitos de Terceiros</b>		<b>11</b>	<b>19</b>
Despesas Antecipadas Operacionais		68	60	Depósitos de terceiros		19	7.432
<b>Custos de Aquisição Diferidos</b>		<b>8</b>	<b>421.626</b>	<b>Provisões Técnicas - Seguros Danos</b>		<b>12</b>	<b>666.918</b>
Seguros		421.626	385.022	Provisão de prêmios não ganhos		656.632	593.040
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>788.236</b>	<b>723.276</b>	Provisão de sinistros a liquidar		7.256	6.258
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>743.405</b>	<b>667.608</b>	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados		1.851	2.375
Aplicações Financeiras	5	427.881	391.499	Provisão de despesas relacionadas		1.179	1.467
Títulos e Créditos a Receber		8.625	262	<b>Outros Débitos</b>		<b>53</b>	<b>-</b>
Títulos tributários e previdenciários	7	8.625	262	Passivos de arrendamento		53	-
Outros Valores e Bens		76	-	<b>Passivo não Circulante</b>		<b>482.905</b>	<b>439.781</b>
Ativos de direito de uso		76	-	<b>Exigível a Longo Prazo</b>		<b>482.905</b>	<b>439.781</b>
<b>Custos de Aquisição Diferidos</b>		<b>8</b>	<b>306.823</b>	Contas a Pagar		7	106
Seguros		306.823	275.847	Tributos diferidos		106	7.220
<b>Intangível</b>		<b>9</b>	<b>44.831</b>	<b>Provisões Técnicas - Seguros Danos</b>		<b>12</b>	<b>479.606</b>
Marcas e patentes		5	5	Provisão de prêmios não ganhos		479.606	428.914
Outros intangíveis		44.826	55.663	<b>Outros Débitos</b>		<b>3.193</b>	<b>3.647</b>
				Provisões judiciais		18	3.162
				Passivos de arrendamento		31	-
				<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>13</b>	<b>234.000</b>
				Capital social		133.883	133.883
				Reservas de capital		50.000	50.000
				Reservas de lucros		63.497	54.061
				Ajuste com títulos e valores mobiliários		(13.380)	10.948
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.420.168</b>	<b>1.325.475</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>1.420.168</b>	<b>1.325.475</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2019	Reservas de Lucros				Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Outras Reservas Estatutárias de Lucros		
Ajuste com títulos e valores mobiliários	133.883	50.000	9.200	35.915	11.409	240.407
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(461)	(461)
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGO de 30/04/2020	-	-	-	(34.990)	-	(34.990)
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	-	-	-	43.936	-	(43.936)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,11 por ação)	13.d	-	-	-	(14.646)	(14.646)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>133.883</b>	<b>50.000</b>	<b>9.200</b>	<b>44.861</b>	<b>10.948</b>	<b>248.892</b>
Impacto da adoção inicial do CPC 06 (R2) de acordo com a Circular SUSEP 615/2020	2.7.d	-	-	-	(24.328)	(24.328)
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGO de 31/03/2021	13.d	-	-	(44.263)	-	(44.263)
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	-	-	-	53.717	-	(53.717)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,13 por ação)	13.d	-	-	-	(17.906)	(17.906)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>133.883</b>	<b>50.000</b>	<b>9.200</b>	<b>54.315</b>	<b>(18)</b>	<b>234.000</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Luizaseg Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, resultante da associação entre o Grupo BNP Paribas Cardif e as Lojas Magazine Luiza. Está localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 - Torre Sul - 8ª andar na Cidade de São Paulo/SP, constituída em 02 de setembro de 2005, conforme assembleia geral de seus acionistas, foi autorizada pela SUSEP a operar nos seguros de ramos elementares, através da Portaria SUSEP nº 2.315 de 08 de dezembro de 2005, publicada no DOU em 09 de dezembro de 2005, e tem por objeto social a realização de todas as operações de seguros de danos, com definições pela legislação vigente em todo território nacional, com aprovação para comercializar seus produtos no ramo de extensão de garantia patrimonial. A Seguradora tem contrato firmado com a Cardif do Brasil VIDA, Previdência S.A., Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. e a NCVV Participações Societárias S.A., responsável pela prestação de serviços relacionados à gestão operacional e administrativa das operações da Luizaseg Seguros S.A. Os custos das operações são faturados conforme prestação dos serviços acordada entre as entidades. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23/02/2022.

**2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, exceto quando indicado o contrário.

**2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) que consideram os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados a valor justo com efeitos no patrimônio líquido, e os ativos e passivos financeiros foram mensurados a valor justo por meio de resultado. As práticas contábeis adotadas pela Seguradora para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando não contrariam as disposições do órgão regulador e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem estimativas relevantes para as demonstrações financeiras, que por sua complexidade demandam alto grau de julgamento, estão divulgadas na Nota 3. A Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, define critérios para fins de cálculo da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) e da parcela da Provisão de Prêmios Não Ganhos relativa aos Riscos Vigiáveis e Não Emitidos (PPNG-IVNE), a serem adotadas pelas seguradoras que não possuem base de dados suficiente para utilização de metodologia própria. Os critérios adotados pela Seguradora para a constituição dessas provisões estão descritos na Nota 2.11.1. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. As transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data da transação. Ganhos ou perdas na liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, com baixo risco de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Classificação:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, dentre as seguintes categorias: (a) negociação; (b) disponíveis para venda; e (c) empréstimos e recebíveis. (a) **Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos e perdas decorrentes de variações do valor justo mensurado, são registrados no resultado financeiro da Seguradora e podem ser observados na demonstração do resultado. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os fundos de investimentos são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores do fundo, na data do balanço. (b) **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram nas categorias "mensurados a valor justo por meio do resultado" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. O ajuste ao valor justo não realizado financeiramente é reconhecido em conta específica no patrimônio líquido, líquido dos seus efeitos tributários, e apropriado ao resultado no momento de sua realização. Os ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados como circulante ou não circulante observando as datas de vencimento dos ativos. (c) **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Quando identificados prêmios vencidos há mais de sessenta dias, a Administração da Seguradora é responsável por traçar um plano de recuperação desses prêmios, incluindo a necessidade de eventuais ajustes por redução ao valor recuperável. **2.4.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como a valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são bakados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido exercidos, ou quando a Seguradora tenha transferido o controle significativo, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro", líquidos no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2021	2020
<b>Operações de seguros</b>			
Prêmios emitidos líquidos	15.a	718.132	628.033
Variação das provisões técnicas	15.a	(114.511)	(68.181)
<b>Prêmios Ganhos</b>	<b>15.b</b>	<b>603.621</b>	<b>559.852</b>
Sinistros ocorridos	15.a	(71.873)	(67.036)
Custos de aquisição	15.a	(391.408)	(365.435)
Outros receitas e despesas operacionais	15.c	(1.629)	(1.535)
Despesas administrativas	15.d	(38.757)	(36.752)
Despesas com tributos	15.e	(28.705)	(26.254)
Resultado financeiro	15.f	53.712	34.673
<b>Resultado Operacional</b>		<b>124.961</b>	<b>97.513</b>
Ganhos com ativos não correntes		11	36
<b>Resultado antes dos Impostos e Participações</b>		<b>124.972</b>	<b>97.549</b>
Imposto de renda	16	(30.519)	(29.927)
Contribuição social	16	(22.047)	(14.538)
Participações sobre o resultado		(783)	(502)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>71.623</b>	<b>58.582</b>
Quantidade de ações		133.883.372	133.883.372
Lucro por ação (Reais)		0,53	0,44

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>71.623</b>	<b>58.582</b>
Ativos financeiros disponíveis para a venda	(24.328)	(461)
Ajuste com títulos e valores mobiliários	(40.546)	(770)
Efeito tributário	(16.218)	309
<b>Total do Resultado Abrangente</b>	<b>47.295</b>	<b>58.120</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### c) Mensuração de passivos de arrendamento: 01 de janeiro de 2021

Compromissos de arrendamentos operacionais divulgados em 01 de janeiro de 2021	133
Desconto a Valor Presente	(8)
Descontos por meio de taxa incremental de empréstimos do arrendatário na data da aplicação inicial	125
Dos quais:	
Passivos de arrendamentos circulantes	104
Passivos de arrendamentos não circulantes	21
<b>Total</b>	<b>125</b>

### d) Ajustes reconhecidos no balanço patrimonial: 01 de janeiro de 2021

Ítem	Impacto	01 de janeiro de 2021
Ativos de direito de uso	Aumento	107
Passivos de Arrendamento	Aumento	(128)
<b>Impacto líquido em lucros acumulados</b>		<b>(21)</b>

**2.8. Ativo Intangível:** Ativo intangível, um bem não monetário identificável, ou seja, um ativo separável, podendo ser vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado. É resultante de direitos contratuais, não possui substância física e é controlado pela entidade e gerador de benefícios futuros. Na Seguradora, representa os recursos despendidos nas seguintes destinações: • Marcas e patentes; e • Contratos de exclusividade nas distribuições de prêmios de seguros em terceiros, canais de distribuição, que são amortizados considerando a estimativa de recuperação dos custos envolvidos. O ativo intangível é contabilizado em razão das características de cada contrato e seus mecanismos de proteção e amortizado levando em consideração benefícios econômicos relacionados esperados. A Seguradora realiza teste de "impairment" anualmente ou sempre que possui evidência razoável de perdas possíveis. **2.9. Custos de aquisição diferidos (CAD):** Os custos de aquisição diferidos são todos os custos relacionados à aquisição de contratos de seguro de risco a decorrer, diferidos de acordo com o período de risco ainda não decorrido. As parcelas decorridas são apropriadas no resultado. O CAD é considerado no teste de adequação dos passivos de seguro em consonância com o pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "Contratos de Seguro" - CPC 11 e com base nas determinações da Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores. **2.10. Contratos de seguro:** A Seguradora classifica todos os seus contratos emitidos como contratos de seguro, uma vez que esses contratos transferem riscos à Seguradora. Em geral, define-se como "risco de seguro" a possibilidade de pagar indenizações aos segurados, devido à ocorrência de um evento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado. **Prêmios de seguro:** Os prêmios de seguro são reconhecidos no resultado quando da emissão das apólices ou certificados, e ajustados por meio da variação das provisões de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos, de acordo com o período decorrido de vigência das apólices. **2.11. Avaliação dos passivos relacionados aos contratos de seguros:** **2.11.1. Passivos de contratos de seguro:** (a) **Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):** É constituída para a cobertura dos valores a pagar referentes a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo, obedecidos os seguintes critérios: o cálculo considera a parcela de prêmios não ganhos na data de sua apuração em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice/certificado/bilhete ou endossos representativos de todos os contratos assumidos na data-base de sua constituição ou a eles relacionados e considera: (i) o período entre a emissão e o início de vigência do risco, o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco; e (ii) após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão é calculada pro rata, considerando, para a obtenção do período de vigência a decorrer, a data-base de cálculo da provisão e a data fim de vigência do risco. (b) **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de co-seguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquido das operações de co-seguro cedido, obedecidos os seguintes critérios: (i) a provisão abrange os valores relativos a indenizações vencidas, incluindo atualizações monetárias, juros, multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultados de sentença transitada em julgado; (ii) a provisão deve contemplar, quando necessário, os ajustes de IBNER (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final; e (iii) a expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos, quando houver, deve ser apurada com base em metodologia definida em nota técnica atuarial e registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na PSL. (c) **Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR):** É constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade retida pela sociedade Seguradora. O valor da provisão é estimado por intermédio da utilização de triângulos de desenvolvimento dos sinistros, denominados de triângulos de *run-off*. (d) **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):** É constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações e abrange tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. O valor da provisão é estimado por intermédio da utilização de triângulos de desenvolvimento dos sinistros, denominados de triângulos de *run-off* ou determinados através da utilização de outros critérios definidos em nota técnica atuarial, quando não houver dados históricos suficientes para utilização de triângulos de *run-off*. (e) **Provisão Complementar de Cobertura (PCC):** Deve ser constituída, quando por constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no teste de adequação dos passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. De acordo com o teste realizado na data-base de 31 de dezembro de 2021, não houve a necessidade de constituição dessa provisão. **2.12. Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** O CPC 11 e a Circular SUSEP nº 517/2015 requerem que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguro a cada período de apresentação através de um teste mínimo de adequação. Em 31 de dezembro de 2021, realizou-se o teste de adequação dos passivos utilizando-se de premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço e brutos de resseguro. A análise é utilizada para demonstrar que caso o valor contábil dos passivos de seguro (deduzindo-se os custos de aquisição diferidos dos contratos e ativos intangíveis de seguro) fosse inferior aos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, seria contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada (após o lançamento dos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados às carteiras deficitárias conforme a política contábil). Para a realização do teste de adequação dos passivos, os contratos de seguro foram agrupados, de acordo com a legislação vigente, em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente com uma única carteira. Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste somente até a data da renovação desses contratos. Foram consideradas as provisões, despesas (diretas e indiretas) ligadas à operação e às despesas de comercialização diferidas e uma sinistralidade de 12,2%. Para obtenção do valor presente dos fluxos, foi utilizada a Estrutura a Termo de Taxas de Juros (ETTJs) para a Curva de Cupom de IPCA. Em 31 de dezembro de 2021, o teste demonstrou não ser necessária a constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC). **2.12. Benefícios a empregados:** A Seguradora possui benefícios de curto prazo, sem as características de obrigações pós-emprego. A Seguradora patrocina plano de previdência privada em favor dos seus funcionários e diretores, efetuada contribuições mensais relativas ao complemento de aposentadoria e pensão, em um Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), totalizando no exercício R\$ 55 (R\$ 144 em 31 de dezembro de 2020). O compromisso da Seguradora limita-se a realizar os aportes mensais calculados com base em percentuais sobre a folha de pagamento. **2.13. Provisões judiciais:** São constituídas provisões para contingências para fazer face às eventuais perdas que possam resultar de decisão final dos processos judiciais em curso, tomando-se como base os pareceres técnicos dos consultores jurídicos da Seguradora, independentemente da existência ou não de um sinistro aberto. Os critérios para constituição das provisões judiciais são definidos pelo departamento jurídico, através do procedimento para constituição de provisão das ações judiciais. É tomado como base o valor do objeto segurado, somado ao valor médio de condenações por danos morais, quando houver, e aplicado percentual de acordo com probabilidade de risco definido. As obrigações legais decorrem de constatação de legalidade ou constitucionalidade das obrigações tributárias, que resultam em processos judiciais. Os passivos trabalhistas são todos aqueles reclamados, em geral, por ex-empregados da Seguradora. **2.14. Reconhecimento de ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **2.15. Capital social:** O capital social da Seguradora está constituído por 133.883.372 ações, com valores nominais divididas entre 133.883.370 ações ordinárias e 2 ações preferenciais. **2.16. Reserva legal:** A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	71.623	58.582
<b>Ajustes para</b>		
Depreciações e amortizações	11.046	10.677
<b>Varição nas Contas Patrimoniais</b>		



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2021**

juízo de cada caso específico. (c) **Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros:** A Seguradora aplica as regras de análise de impairment para créditos individualmente significativos conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A Seguradora aplica o grau de julgamento para determinar o grau de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os prêmios a receber. (d) **Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários:** Impostos diferidos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. A determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis requer a utilização de julgamento da Administração da Seguradora, e estudo econômico futuro de acordo com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores.

**4. GERENCIAMENTO DE RISCOS**

**Introdução:** A Seguradora está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração, o gerenciamento dos riscos e o gerenciamento de capital. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** Entendemos que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e também em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente. Consideramos investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de Compliance. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A pandemia da Covid-19 instituiu uma situação sem precedentes e que até o momento traz consigo cenários de muita incerteza quanto aos seus impactos para o negócio de seguros, condições de crédito e adimplência, fluxos de caixa futuros, comportamento dos mercados e das operações, principalmente quando considerados aspectos como o trabalho remoto e segurança de dados. Fato é que o risco de pandemia passa a figurar entre os riscos mapeados relacionados à continuidade do negócio e que passa a ser abrangido na estrutura de gerenciamento de risco da Seguradora como um risco que pode impactar os níveis de exposição intrínsecos a cada risco: subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional. Desde o início da crise a Seguradora montou um Comitê de Crise, composto pelo Comitê Executivo, integrado pelo CEO (*Chief Executive Officer*) e pelos diretores das áreas de Finanças, Compliance, Recursos Humanos, Comercial, Excelência Operacional e TI, e que conta com o apoio de áreas chave para mapear os diversos riscos impostos pela pandemia e consequente distanciamento social, com o objetivo de mapear estes riscos e tomar ações para sua mitigação. Este Comitê permanece ativo na Seguradora e tem sido responsável pela coordenação de ações pela saúde e segurança dos colaboradores e demais envolvidos nos processos, as ações administradas por este grupo abrangem: • Trabalho remoto; • Rede de comunicação ativa e assistência com alta disponibilidade; • Plano de continuidade do negócio; • Impactos financeiros e preservação do caixa; • Realinhamento tempestivo dos estudos e projeções financeiras; • Funcionamento ininterrupto do parque tecnológico; • Garantia do atendimento aos clientes e parceiros; • Revisão do portfólio de produtos. Estas ações visam não só mitigar o risco de pandemia, como garantir a continuidade dos negócios e instituir projetos que deem velocidade aos drivers estratégicos de longo prazo. (a) **Risco de subscrição:** A gestão de riscos de seguro objetiva o acompanhamento constante dos resultados de cada produto comercializado, sempre visando à manutenção e o equilíbrio técnico atuarial dos produtos e, sobretudo, da solvência da Seguradora. Esse constante acompanhamento permite não só corrigir possíveis vieses na sinistralidade, mas também adequar os prêmios de seguro de cada produto para que sejam mais competitivos frente à concorrência. O risco baseado em um contrato de seguro resulta de um acordo mantido entre a Seguradora e o tomador do seguro, sendo que a Seguradora recebe do tomador o prêmio correspondente ao risco que é transferido para a Seguradora, que concorda em compensar o tomador ou segurado, através de pagamentos em forma de sinistros, quando da ocorrência de um acontecimento que atete adversamente o tomador ou segurado. Considerando que os contratos de seguro são adequadamente precificados através de modelos estatísticos, o risco transferido para a Seguradora é o de que os sinistros ocorram e os pagamentos de sinistros resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos desses contratos. Isso ocorre em função da frequência e da severidade com que os sinistros acontecem, superando os valores estimados e provisionados. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor é a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorrerá para fazer face aos eventos de sinistros. **Estratégia de subscrição:** A subscrição é o processo de decisão quanto à aceitação ou rejeição do risco pela Seguradora, também conhecido como "underwriting" ou análise de risco. A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanço da carteira e pode se basear no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida através da política interna de subscrição por tipo de cobertura comercializada definida pela Matriz, que é o documento criado pela Casa Matriz (Matriz da Seguradora Cardif, situada na França) e que define as práticas permitidas ou excluídas por tipo de risco e tipo de produto, as regras de aceitação, riscos cobertos e excluídos, o tipo de cobertura, formas de comercialização, tipos de prêmios, sinistros indenizáveis, os períodos de carência e franquias aplicáveis, canais de distribuição e demais orientações. Existe um "Global Guideline" para cada cobertura comercializada. **Exposição de risco individual:** A tabela a seguir apresenta nossa exposição máxima ao risco por contrato de seguro em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Ramo	Em milhares de reais	
	(Importância segura)	(Importância segura)
Exatidão de garantia patrimonial	RS 100	RS 100
<b>Gerenciamento de riscos de seguro:</b> O monitoramento da carteira de contratos de seguro permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) análises de cobertura, formas de comercialização, tipos de prêmios, sinistros indenizáveis, os períodos de carência e franquias aplicáveis, canais de distribuição e demais orientações. Existe um "Global Guideline" para cada cobertura comercializada. <b>Exposição de risco individual:</b> A tabela a seguir apresenta nossa exposição máxima ao risco por contrato de seguro em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:		

Ramo	Em milhares de reais	
	Exatidão de garantia patrimonial	Exatidão de garantia patrimonial
Exatidão de garantia patrimonial	RS 100	RS 100
<b>Gerenciamento de riscos de seguro:</b> O monitoramento da carteira de contratos de seguro permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) análises de cobertura, formas de comercialização, tipos de prêmios, sinistros indenizáveis, os períodos de carência e franquias aplicáveis, canais de distribuição e demais orientações. Existe um "Global Guideline" para cada cobertura comercializada. <b>Exposição de risco individual:</b> A tabela a seguir apresenta nossa exposição máxima ao risco por contrato de seguro em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:		

Taxa de juros e retorno de investimento	Taxa de juros		Sinistralidade (%)
	2021	2020	
Impacto sobre lucro antes de impostos e contribuições (R\$ mil)	11.468 (11.493)	(7.239) (4.343)	10%
Impacto sobre o patrimônio líquido (R\$ mil)	6.893 (6.896)		

Taxa de juros e retorno de investimento	Taxa de juros		Sinistralidade (%)
	2021	2020	
Impacto sobre lucro antes de impostos e contribuições (R\$ mil)	10.779 (10.786)	(6.714) (4.028)	10%
Impacto sobre o patrimônio líquido (R\$ mil)	6.468 (6.471)		

(1) Na hipótese de a sinistralidade apresentar variação de -10% os impactos econômicos seriam inversamente proporcionais aos apresentados no quadro acima.

**Limitações da análise de sensibilidade:** Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se tomar em consideração que essas sensibilidade não são lineares, impactos maiores ou menores, estas se baseiam em uma combinação de evidências de terceiros independentes e modelos desenvolvidos internamente, ajustados aos dados de mercado observáveis, quando possível. Enquanto que essas avaliações são sensíveis a estimativas, acredita-se que alterar uma ou mais premissas para alternativas razoavelmente possíveis não alteraria o valor justo de maneira significativa. **Concentração de riscos:** Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios emitidos líquidos. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo.

Ramo	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Total
Extensão de garantias	323.817	188.069	37.720	146.237	22.289	718.132
<b>Total</b>	<b>323.817</b>	<b>188.069</b>	<b>37.720</b>	<b>146.237</b>	<b>22.289</b>	<b>718.132</b>

Ramo	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Total
Extensão de garantias	294.487	171.104	29.557	122.044	10.841	628.033
<b>Total</b>	<b>294.487</b>	<b>171.104</b>	<b>29.557</b>	<b>122.044</b>	<b>10.841</b>	<b>628.033</b>

(b) **Risco de crédito:** Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora. O risco de crédito relacionado a operação de seguro da Seguradora está integralmente concentrado nos nossos parceiros de venda, que repassam os valores dos prêmios à Seguradora, independentemente do seu recebimento pelo segurado. A Administração considera como baixo o risco de inadimplência por parte de seu parceiro comercial, visto que não há evidências objetivas de que os compromissos não serão honrados pelas contrapartes. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora, distribuídos por rating de crédito divulgado por agências renomadas de rating (Standard & Poor's, Fitch Ratings Brasil e Moody's). Os ativos classificados na categoria "sem rating" compreendem, substancialmente, valores relativos a investimento em quotas de fundos e prêmios a receber.

Composição da carteira por categoria contábil - 31 de dezembro de 2021	Saldo consolidado				
	AAA	AA+	AA	AA-	A+
Caixa e equivalentes de caixa	219	-	-	-	219
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	89.650
Títulos de renda fixa privados	31.415	588	20.151	-	52.154
Títulos de renda fixa públicos	489.563	-	-	-	489.563
Prêmios a receber de seguros	-	-	-	-	10

Composição da carteira por categoria contábil - 31 de dezembro de 2020	Saldo consolidado				
	AAA	AA+	AA	AA-	A+
Caixa e equivalentes de caixa	10	113	-	-	300
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	97.113
Títulos de renda fixa privados	15.034	352	24.074	1.606	41.066
Títulos de renda fixa públicos	460.578	-	-	-	460.578
Prêmios a receber de seguros	-	-	-	-	16

Composição da carteira por categoria contábil - 31 de dezembro de 2020	Saldo consolidado				
	AAA	AA+	AA	AA-	A+
Caixa e equivalentes de caixa	10	113	-	-	300
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	97.113
Títulos de renda fixa privados	15.034	352	24.074	1.606	41.066
Títulos de renda fixa públicos	460.578	-	-	-	460.578
Prêmios a receber de seguros	-	-	-	-	16

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**LUIZASEG SEGUROS S.A. - CNPJ 07.746.953/0001-42**

os passivos oriundos de contratos de seguro. A administração do risco financeiro envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. **Gestão de ativos e passivos (Asset and Liability Management - ALM):** Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanço entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanço de ativos e passivos. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela gerência financeira e tem por objetivo controlar as divergências dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. O quadro a seguir demonstra o alinhamento entre ativos e passivos:

	Fluxos de caixa contratuais em 31 de dezembro de 2021									
	0-3 meses	4-6 meses	7-9 meses	10-12 meses	12-24 meses	Acima de 24 meses	Sem vencimento determinado	Total		
<b>Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado</b>										
Quotas de fundos de investimentos abertos	89.650	-	-	-	-	-	-	-	-	89.650
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>										
Títulos de renda fixa privados	-	6.524	-	7.155	29.555	8.920	-	-	-	52.154
Títulos de renda fixa públicos	-	-	100.157	-	144.725	244.681	-	-	-	489.563
<b>Créditos das operações com seguros</b>										
Prêmios a receber de seguros	10	-	-	-	-	-	-	-	-	10
Caixa e equivalentes de caixa	219	-	-	-	-	-	-	-	-	219
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	-	-	-	728.449	728.449	-	-
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>89.879</b>	<b>6.524</b>	<b>100.157</b>	<b>7.155</b>	<b>174.280</b>	<b>253.601</b>	<b>728.449</b>	<b>1.360.045</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros</b>										
Obrigações a pagar	21.555	-	-	-	-	-	-	-	-	21.555
Impostos, contribuições e encargos sociais	14.021	-	-	-	-	-	-	-	-	14.021
Débitos de operações com seguros	196	-	-	-	-	-	-	-	-	196
Encargos trabalhistas	482	-	-	-	-	-	-	-	-	482
Débitos de terceiros	19	-	-	-	-	-	-	-	-	19
Passivos de Arrendamento	24	15	6	7	28	2	-	-	-	84
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>36.297</b>	<b>15</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>28</b>	<b>2</b>	<b>1.146.524</b>	<b>1.182.881</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	Fluxos de caixa contratuais em 31 de dezembro de 2020									
	0-3 meses	4-6 meses	7-9 meses	10-12 meses	12-24 meses	Acima de 24 meses	Sem vencimento determinado	Total		
<b>Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado</b>										
Quotas de fundos de investimentos abertos	97.113	-	-	-	-	-	-	-	-	97.113
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>										
Títulos de renda fixa privados	2.674	2.561	8.618	3.749	12.954	10.510	-	-	-	41.066
Títulos de renda fixa públicos	145	92.398	-	-	92.928	275.107	-	-	-	460.578
<b>Créditos das operações com seguros</b>										
Prêmios a receber de seguros	16	-	-	-	-	-	-	-	-	16
Caixa e equivalentes de caixa	423	-	-	-	-	-	-	-	-	423
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	-	-	-	660.869	660.869	-	-
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>100.371</b>	<b>94.959</b>	<b>8.618</b>	<b>3.749</b>	<b>105.882</b>	<b>285.617</b>	<b>660.869</b>	<b>1.260.051</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros</b>										
Obrigações a pagar	17.832	-	-	-	-	-	-	-	-	17.832
Impostos, contribuições e encargos sociais	7.717	-	-	-	-	-	-	-	-	7.717
Débitos de operações com seguros	168	-	-	-	-	-	-	-	-	168
Encargos trabalhistas	372	-	-	-	-	-	-	-	-	372
Débitos de terceiros	7.432	-	-	-	-	-	-	-	-	7.432
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>33.521</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.032.054</b>	<b>1.065.575</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Os títulos públicos de renda fixa da Seguradora estão classificados como disponíveis para venda, sendo ajustados ao valor de mercado, estando disponíveis para resgate em qualquer momento independente da data de vencimento, sem nenhum prejuízo para Seguradora. (d) **Risco de Mercado:** É a exposição à ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado, incluindo taxas de juros, dos preços das ações, dos índices de preços e outros índices sobre esses fatores de risco. (e) **Risco operacional:** A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato de coleta e tratamento dos dados históricos de perdas, e encontra-se de acordo com as melhores práticas de gestão do risco operacional. (f) **Gestão de capital:** A gestão de capital da Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido (Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores). Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016 o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado). A Seguradora executa sua gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório segundo critérios de exigibilidade de capitais mínimos requeridos pela SUSEP. A estratégia e modelo utilizado pela Administração consideram ambos como capital regulatório e capital econômico, segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora. A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital por meio da otimização de ambos os níveis e manter níveis de precificação adequados para os contratos subscritos. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico da Seguradora. A Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. Vide tabela apresentada na Nota 14 com o cálculo do capital mínimo regulatório da Seguradora em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

**5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Estão representadas por títulos públicos e privados de renda fixa, avaliados ao valor de mercado na data do balanço. Os níveis de evidenciamento do valor justo dos títulos foram apresentados seguindo as seguintes definições: • Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - títulos que não possuem seus custos determinados com base em um mercado observável. A Seguradora não detém títulos que obedecem a essa definição.

Títulos	Nível	Valor de mercado					% de ajuste de avaliação
		1 a 30 dias ou sem	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado	
<b>Títulos para negociação (II)</b>		89.650	-	-	-	89.650	14%
Quotas de fundos de investimentos abertos	Nível 2	89.650	-	-	-	89.650	-
<b>Títulos disponíveis para venda</b>		-	6.524	107.312	427.881	541.717	86%
Títulos de renda fixa privados	Nível 2	-	6.524	7.155	38.475	52.154	98
Títulos de renda fixa públicos	Nível 1	-	-	100.157	389.406	489.563	-
<b>Total em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>89.650</b>	<b>6.524</b>	<b>107.312</b>	<b>427.881</b>	<b>631.367</b>	<b>100%</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>97.258</b>	<b>97.634</b>	<b>12.366</b>	<b>391.499</b>	<b>598.757</b>	<b>100%</b>

(i) Representa o valor do custo amortizado atualizado para os títulos e valores mobiliários; e (ii) Os títulos para negociação são classificados no ativo circulante independentemente do prazo de vencimento.

Aplicações	Saldo em 31/12/2020				Saldo em 31/12/2021			
	Saldo em 31/12/2020	Aplicações	Renta-bilidade	Resgates	Saldo em 31/12/2021	Aplicações	Renta-bilidade	Resgates
Quotas de fundos de investimentos abertos (a)	97.113	377.946	4.244	-(389.653)	89.650	-	-	-
Certificado de depósito bancário (c)	55	-	185	-	240	-	-	-
Títulos de renda fixa privados (c)	41.011	28.963	2.890	(44)	(20.906)	51.914	-	-
Títulos de renda fixa públicos (b)	460.578	269.833	46.134	(40.502)	(246.480)	489.563	-	-
<b>Total</b>	<b>598.757</b>	<b>676.742</b>	<b>53.453</b>	<b>(40.546)</b>	<b>(657.039)</b>	<b>631.367</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**12. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS DANOS**

(a) **Composição das provisões técnicas:**

Extensão de garantia patrimonial	Provisão de prêmios não ganhos		Provisão de sinistros a liquidar		Provisão de sinistros ocorridos e não avisados		Provisão de despesas relacionadas	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/				



**LUIZASEG SEGUROS S.A. - CNPJ 07.746.953/0001-42**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2020**

(Em milhares de reais)

**e) Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** O resultado do teste efetuado em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores demonstrou suficiência na adequação dos passivos, não sendo necessária a constituição de qualquer provisão complementar.

**13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**(a) Composição do capital social em quantidade de ações:** Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Seguradora totaliza R\$ 133.883, totalmente subscrito, integralizado e divididos em 133.883.372 de ações ordinárias e preferenciais com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. **(b) Reserva de capital:** A reserva de capital é composta por R\$ 50.000 e corresponde ao ágio na subscrição de uma ação preferencial classe A, fixado de acordo com o inciso III do parágrafo primeiro do Artigo 170 da Lei nº 6.404/1976, modificada pela Lei nº 9.457/1997. **(c) Reserva de lucros:** A reserva de lucros é composta por R\$ 9.200 (R\$ 9.200 em 31 de dezembro de 2020) referente à reserva legal, R\$ 54.315 (R\$ 44.861 em 31 de dezembro de 2020) de reserva estatutária de retenção de lucros e saldo devedor de R\$ 18 em outras reservas de lucro. **(d) Dividendos:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2021, os acionistas deliberaram pela distribuição de dividendos relativos ao lucro líquido do exercício de 2020 no valor de R\$ 58.909 sendo R\$ 14.646 a título de dividendos mínimos obrigatórios de 2020, e R\$ 44.263 como destinação das reservas de lucros existentes, que foram pagos aos acionistas em 31 de março de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, foram constituídos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 17.906 e o restante do lucro líquido do exercício foi mantido em reserva de lucros para futura destinação aos acionistas.

**14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO, CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO E LIQUIDEZ EM RELAÇÃO AO CAPITAL DE RISCO**

As sociedades seguradoras deverão apresentar em cada fechamento mensal, Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores, o CMR equivale ao maior valor entre o capital-base (CB) e o capital de risco (CR). A suficiência destes indicadores de solvência está demonstrada abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio líquido	234.000	246.892
(+/-) Ajustes contábeis	(44.894)	(37.568)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	10.150	3.657
<b>PLA de nível 1</b>	<b>199.256</b>	<b>-</b>
<b>PLA de nível 2</b>	<b>10.150</b>	<b>-</b>
<b>PLA de nível 3</b>	<b>10.945</b>	<b>-</b>
(-) Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	-	-
<b>Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) - Soma de (I) e (II)</b>	<b>199.256</b>	<b>215.181</b>
<b>Capital Mínimo Requerido (CMR)</b>	<b>144.959</b>	<b>121.065</b>
<b>a) Capital base</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000</b>
<b>b) Capital de Risco (CR)</b>	<b>144.959</b>	<b>121.065</b>
(+) Capital de risco de subscrição	126.270	104.278
(+) Capital de risco de crédito	18.182	15.694
(+) Capital de risco operacional	4.701	4.231
(+) Capital de risco de mercado	12.940	12.352
(-) Benefício da correlação entre os capitais	(17.133)	(15.490)
<b>Capital mínimo requerido (o maior entre a e b)</b>	<b>144.959</b>	<b>121.065</b>
CMR coberto pelo PLA de nível 1 (deve ser no mínimo 50% do CMR)	144.959	121.065
<b>Suficiência de cobertura do CMR em relação ao PLA</b>	<b>54.297</b>	<b>94.116</b>

**15. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO**

**a) Ramo de atuação:** A Seguradora opera somente com o ramo de extensão de garantia patrimonial. **Extensão de garantia patrimonial**

	2021	2020
Prêmios emitidos líquidos	718.132	628.033
Variação das provisões técnicas	(114.511)	(68.181)
Sinistros ocorridos	(71.873)	(67.036)
Custos de aquisição	(391.408)	(365.435)

**b) Índice de sinistralidade e comercialização**

	2021	2020	2021	2020
Prêmios ganhos	603.621	559.852	12%	12%
Sinistralidade %	65%	65%		
Comercialização %	84%	89%		

Na modalidade extensão de garantia patrimonial os prêmios e custos de aquisição são reconhecidos no resultado somente após o término de garantia do fabricante. **c) Outras receitas e despesas operacionais:**

	2021	2020
Despesa com administração de apólices	(1.271)	(1.085)
Despesa/reversão com contingência	(367)	(466)
Outras receitas operacionais	9	16
<b>Total</b>	<b>(1.629)</b>	<b>(1.535)</b>

**d) Despesas administrativas**

	2021	2020
Pessoal próprio	(7.045)	(6.282)
Serviços de terceiros	(3.345)	(3.949)
Localização e funcionamento	(13.364)	(12.995)
Despesas com títulos de capitalização	(3.405)	(3.326)
Outras despesas administrativas	(11.598)	(10.200)
<b>Total</b>	<b>(38.757)</b>	<b>(36.752)</b>

DIRETORIA		ATUÁRIO		CONTADORA	
Emmanuel Pelegrino - Diretor Presidente e Diretor Técnico Financeiro		Nivandro Lucas S. Alves de Oliveira - MIBA 2229		Daniela Sayuri Yamashita - CRC 1SP220901/O-3	

**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA**

O Comitê de Auditoria da Luizaseg Seguros S.A. é um órgão estatutário constituído conforme determinações contidas na Resolução do CNSP nº 312 de 16/06/2014, em vigor até 14 de julho de 2015, tendo sido substituída pela Resolução do CNSP nº 321 de 15/07/2015, esta por sua vez alterada pela Resolução do CNSP nº 412 de 30/06/2021. Ressalta-se, outrossim, que a Resolução nº 412/2021 foi integralmente revogada pela Resolução 432 de 12/11/2021. Contudo, a referida norma somente produzirá efeitos (início de vigência) a partir de 03/01/2022 e, por esse motivo, tendo em vista que este parecer trata do segundo semestre de 2021, utilizou-se as disposições da Resolução do CNSP nº 412/2021 para sua confecção. No cumprimento das suas atribuições constantes no regulamento do Comitê e, relativamente a 31 de dezembro de 2021, até a presente data, o Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Legal, de Compliance e de

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas Luizaseg Seguros S.A.: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Luizaseg Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luizaseg Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Existência e mensuração dos ativos garantidores das Provisões técnicas de seguros (Notas 2.4, 5 e 12.c):** Em 31 de dezembro de 2021, a Seguradora possui aplicações financeiras que são mantidas em quotas de fundos de investimento e títulos de renda fixa públicos e privados, que são oferecidos em cobertura das provisões técnicas de seguros. As aplicações financeiras são mensuradas pelo valor das quotas dos fundos de investimento disponibilizado pelos administradores dos fundos investidos; no caso dos títulos públicos, com base nos preços unitários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); e, no caso dos títulos privados de renda fixa, a mensuração é obtida, principalmente, por cotação de mercado. Para os títulos de renda fixa sem cotação de mercado foram utilizados modelos construídos com dados observáveis de mercado. A existência dos títulos de renda fixa é assegurada por meio de conciliações com as informações dos órgãos custodiantes no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) e/ou B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Já para as cotas de fundos de investimento, a administração utiliza os extratos dos fundos investidos, emitidos pelos respectivos administradores para confirmação da existência. Considerando a relevância dessas aplicações financeiras no contexto das demonstrações financeiras da Seguradora, a sua existência e sua mensuração continuaram a ser consideradas áreas de foco em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos principais procedimentos de auditoria consideram a atualização e o entendimento dos principais controles estabelecidos pela administração para a existência e mensuração das aplicações financeiras. Testamos a existência das aplicações financeiras através do confronto das informações da posição de ativos em reserva técnica da Seguradora com os extratos de custódia emitidos pelos respectivos órgãos custodiantes. Adicionalmente, testamos, em base amostral, a existência das movimentações de aplicações, resgates, compras e vendas de ativos financeiros por meio de inspeções documentais e comprovantes de liquidações financeiras. Efetuamos o confronto do valor utilizado para mensuração das aplicações financeiras em quotas dos fundos de investimento com o valor da quota disponibilizado pelo administrador do fundo investido e reexecutamos a valorização dessas aplicações financeiras. Quando apropriado, obtivemos o relatório de auditoria sobre as últimas demonstrações financeiras disponíveis do fundo

gerenciamento de Controles Internos e Riscos, com os auditores externos independentes, com os auditores internos do Grupo BNP Paribas, além dos representantes da Administração da Companhia. No uso das suas atribuições, constatou que não foram identificadas deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das auditorias externas independentes e interna do Grupo BNP Paribas, bem como do sistema de controles internos da Companhia. Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o Comitê entende que os controles internos adotados asseguram a confiabilidade das informações e avalia como adequados os trabalhos realizados pela auditoria interna e externa independente, bem como com os atuários da Companhia e não identificou o descumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da Companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio. Também foi

e analisamos se havia alguma modificação nos relatórios dos auditores com impacto relevante nas demonstrações financeiras do fundo de investimento, a fim de avaliar eventual impacto nos registros contábeis desses ativos na Seguradora. Adicionalmente, para os títulos de renda fixa públicos e privados realizamos, em base amostral, a reexecução da valorização com base nos dados observáveis de mercado. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações

auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores reduzidos da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Luizaseg Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em

**18. PROVISÕES JUDICIAIS**

**Sinistros a liquidar judicial:** Em 31 de dezembro de 2021 a Seguradora responde por 374 (348 em 31 de dezembro de 2020) ações judiciais movidas por segurados em decorrência da recusa de pagamento de indenizações ou divergências em relação ao valor da indenização reclamada. A Seguradora registrou uma provisão de R\$ 408 (R\$ 322 em 31 de dezembro de 2020) classificada na rubrica "provisão de sinistros a liquidar". Para garantia da liquidação das ações, em certas oportunidades é requerido que os valores envolvidos sejam depositados judicialmente. O montante de sinistros classificados como "possíveis" em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 250 (R\$ 305 em 31 de dezembro de 2020). A provisão foi baseada em metodologia interna fundamentada no histórico de perdas da Seguradora, e na estrutura de controles internos que possibilita a análise individual dos processos efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, com vistas a cobrir eventuais pagamentos que sejam devidos em função da resolução final dos processos judiciais. A Administração da Seguradora entende que a provisão constituída é suficiente para atender eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais. **Cíveis não relacionadas a sinistros:** As ações cíveis referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Seguradora. Em 31 de dezembro de 2021 a Seguradora registrou uma provisão de R\$ 521 na rubrica "provisões cíveis" (R\$ 585 em 31 de dezembro de 2020). **Trabalhistas:** As reclamações trabalhistas foram propostas, em geral, por ex-funcionários da Seguradora que pleiteiam o recebimento de indenizações. Periodicamente a assessoria jurídica interna e externa avalia os valores e a probabilidade de perda das causas. Em 31 de dezembro de 2021 a Seguradora registrou uma provisão de R\$ 2.641 na rubrica "provisões trabalhistas" (R\$ 3.062 em 31 de dezembro de 2020). **a) Evolução das provisões judiciais:** Demonstramos abaixo a tabela de evolução das provisões judiciais registradas pela Seguradora:

	Provisões cíveis		Provisões trabalhistas		Provisão de sinistros a liquidar	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Saldo do início do exercício</b>	<b>585</b>	<b>733</b>	<b>3.062</b>	<b>1.891</b>	<b>322</b>	<b>336</b>
(+) Constituições no período	422	470	-	12	344	277
(-) Pagas no período corrente e que se encontravam provisionadas	(428)	(469)	(1.467)	(16)	(327)	(362)
(-) Baixa da provisão por êxito (+/-) Alteração de estimativas ou probabilidades	(362)	(351)	(1)	-	(183)	(153)
(+/-) Atualização monetária e juros	246	123	862	816	128	181
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>521</b>	<b>585</b>	<b>2.641</b>	<b>3.062</b>	<b>408</b>	<b>322</b>

**b) Probabilidade de perda das provisões judiciais:** Em 31 de dezembro de 2021

	Não relacionadas a sinistro		Relacionadas a sinistro	
	Valor	Valor	Valor	Valor
<b>Probabilidade de perda reclamada</b>	<b>183</b>	<b>2.013</b>	<b>134</b>	<b>1.662</b>
Provável	153	2.013	134	1.662
Possível	307	3.587	333	2.464
Remota	63	1.106	3	27
<b>Total</b>	<b>533</b>	<b>6.706</b>	<b>3.162</b>	<b>374</b>

Em 31 de dezembro de 2020

	Não relacionadas a sinistro		Relacionadas a sinistro	
	Valor	Valor	Valor	Valor
<b>Probabilidade de perda reclamada</b>	<b>18</b>	<b>184</b>	<b>61</b>	<b>17</b>
Provável	18	184	61	17
Possível	472	5.726	3.583	330
Remota	3	581	3	1
<b>Total</b>	<b>493</b>	<b>6.491</b>	<b>3.647</b>	<b>348</b>

**19. OUTRAS INFORMAÇÕES**

**(a) Seguros -** A Seguradora mantém apólices de seguros multirrisco, responsabilidade civil geral em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas em seus ativos e reparar possíveis danos pessoais e materiais causados a terceiros. **(b) Participação nos lucros -** A Seguradora possui programa de participação dos empregados nos lucros, conforme disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, devidamente acordado com os funcionários e sindicato da categoria, sendo o valor correspondente registrado em "obrigações a pagar", no valor de R\$ 863 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 582 em 31 de dezembro de 2020). **(c) Derivativos e outros -** Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Seguradora não possuía instrumentos financeiros derivativos ou títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **(d) Comitê de Auditoria -** Em cumprimento a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores e Resolução CNSP nº 321/2015, essas demonstrações financeiras foram apresentadas ao Comitê de Auditoria em reunião em 16 de fevereiro de 2022, tendo sido aprovadas sem ressalvas. **(e) Eventos subsequentes -** Em fevereiro de 2022, a SUSEP emitiu relatório técnico que considera um novo método de estimação das estruturas a termo das taxas de juros (ETTJs). Estes devem ser utilizadas pelas entidades reguladas para fins do Teste de Adequação do Passivo (TAP) e de apuração do requerimento de capital. A administração da Seguradora irá avaliar os impactos em decorrência desse novo método de estimação durante o primeiro semestre de 2022. Não foram identificados outros eventos subsequentes relevantes a serem reportados.

**PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Acionistas Luizaseg Seguros S.A.: **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores reduzidos da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Luizaseg Seguros S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

**pwc**  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CNPJ 02.646.397/0001-19  
CIBA 105

**Caio Fernandes Arantes**  
Contador - CRC 1SP22767/O-3

base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

**pwc**  
PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.  
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino  
São Paulo - SP - Brasil 05001-903  
CNPJ 02.646.397/0001-19  
CIBA 105

**Dinarte Ferreira Bonetti** - MIBA 2147